



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

O Centre d'Art e os sentidos da arte popular haitiana

Autoria: Júlia Vilaça Goyatá (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

Em 1944 nascia no Haiti o Centre d'Art ? centro de promoção, ensino, exibição e divulgação do que se considerava ser uma arte genuinamente haitiana. Junto a uma série de iniciativas museológicas que aconteciam simultaneamente na capital Porto Príncipe, o centro refletia o compromisso de intelectuais, artistas e homens de política com um projeto de modernização do país, após um longo período de ocupação norte-americana na ilha (1915-1934). Proponho acompanhar, através do que chamo de um exercício etnográfico com documentos, as narrativas que permitiram tanto o surgimento da instituição naquele momento, como a circulação de um conjunto de pintores haitianos, que chamados de populares, ganharam notoriedade fora do país em função de suas qualidades autodidatas e dos motivos que pintavam. O caso é interessante não apenas do ponto de vista da história da arte haitiana - é preciso lembrar que o centro de artes se insere em um momento de ebulição política no país, marcado por vozes progressistas e trânsito internacional - mas também do ponto de vista das relações, por vezes tensas, entre a antropologia, a arte e os museus. Pretendo refletir sobre como no pós-guerra a categoria popular, a meio caminho entre as ditas belas-artes e as artes primitivas, começa a ganhar espaço tanto nos discursos institucionais locais quanto nas publicações relacionadas à Unesco e ao Conselho Internacional de Museus, ambos fundados na mesma década de 1940. Dessa forma, o caso haitiano nos ajuda a pensar sobre o significado, a resiliência e a pertinência da categoria ?arte popular? (e, em última instância, também ?cultura popular?), que desde então está presente tanto em projetos museológicos quanto em discursos antropológicos, especialmente no contexto das materialidades afro-latino americanas e caribenhas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: